

Jornal A Cidade – 09/10/2012

Energia – Governo: Redução no preço de luz deve afetar investimentos, dizem especialistas

<http://www.jornalacidade.com.br/editorias/economia/2012/10/09/energia-governo-reducao-no-preco-de-luz-deve-afetar-investimentos-dizem-especialistas.html>

AGNALDO BRITO / ENVIADO ESPECIAL AO RIO

RIO DE JANEIRO, RJ, 9 de outubro (Folhapress) - O governo vai impor ao setor elétrico uma perigosa mudança que pode afetar os investimentos e a qualidade do serviço nos próximos anos. Essa foi a conclusão de especialistas que participaram do Exame Fórum, realizado nesta terça-feira (9), no Rio de Janeiro.

Segundo Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, a medida do governo para as renovações das concessões foi "esquizofrênica" e pode impactar também outros setores que prestam serviços públicos.

Maioria das elétricas manifestou interesse em renovar concessão, diz Aneel Transmissoras terão de fazer pente fino para evitar apagões, diz Aneel Modelo de concessões do governo ameaça infraestrutura do país, diz consultor

"Esse foi um sinal errado que o governo deu não só para o setor elétrico, mas para todos os setores sob concessão", disse.

O governo baixou uma medida provisória em que determina às concessionárias de geração, transmissão e distribuição a decidir até o dia 15 deste mês se irão ou não aceitar a renovação da concessão.

Apesar de ter imposto data para a adesão das concessões (grande parte estatais, como Furnas, Chesf e Eletrosul), as empresas ainda não sabem exatamente qual valor será repassado pelos investimentos não amortizados, tampouco a tarifa que receberão.

A partir de janeiro de 2003, as empresas receberão os valores relativos aos ativos ainda não amortizados e passarão a ter uma tarifa que inclui apenas custos de operação e manutenção da concessão.

Por isso, o governo acha que o efeito final será a redução de 20% da tarifa final ao consumidor.

Pires diz que isso pode comprometer os investimentos em expansão do setor elétrico. "O que o governo está fazendo é transformar as empresas em meras prestadoras de serviço, e isso tem impacto na busca de recursos em bancos para os investimentos", disse.

Para **Claudio Sales**, diretor do **Instituto Acende Brasil**, a forma escolhida pelo governo para a renovação equivale a um "show de horrores".

Para ele, o governo tem outras formas de reduzir a tarifa final de energia elétrica, um dos propósitos da MP 579. A principal seria a redução dos impostos que incidem sobre a conta de luz. Hoje, 45% da conta de luz são impostos e encargos. **Sales** disse que a presidente Dilma Rousseff prometeu em campanha retirar o PIS e a Cofins da tarifa de energia. "Isso reduziria em 8% a conta de luz. Então há outras formas de reduzir a tarifa além da escolhida", disse.

Exame Fórum convidou o presidente da EPE (Empresa de Planejamento Energético), Maurício Tolmasquim, mas o executivo não compareceu ao evento. A informação é de que ele foi convocado para uma reunião emergencial no Ministério de Minas e Energia.